

CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS E CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS DO COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO DE SUAPE, PERNAMBUCO

Danielle de Melo Rocha

Universidade Federal de Pernambuco, Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Sócio-Ambientais
mrochadanielle@gmail.com

Helenilda Wanderley de Vasconcelos Cavalcanti

Fundação Joaquim Nabuco
helenilda.cavalcanti@fundaj.gov.br

RESUMO

Este artigo é inspirado na pesquisa Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS): migração, condições de moradia, identidade e novas territorialidades, da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e do Observatório/PE da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Contextualiza-se sucintamente a aceleração econômica do CIPS, no momento recente do novo desenvolvimentismo no Brasil e no Nordeste, cujo impacto produz transformações na configuração socioespacial e nas dinâmicas socioculturais da população, privilegiando o ponto de vista dos atores sociais sob o contexto das transformações nos principais municípios de influência direta do Complexo, o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Essas transformações são observadas nas mudanças: i) do uso e ocupação do solo, face ao processo de urbanização e à oportunidade dos atores privados implantarem empreendimentos imobiliários e de logística, criando novos territórios para inserção de novos grupos sociais; ii) das dinâmicas socioculturais, exacerbando conflitos entre trabalhadores oriundos de atividades tradicionais (pesca e agricultura) e o processo de industrialização (CIPS), moradores ou trabalhadores locais e migrante. Busca-se capturar as “circunstancialidades” (Geertz, 1989) daqueles que vivem a experiência da implantação do CIPS, um dos mais importantes polos de investimentos industriais de grande porte da América Latina, por meio das interpretações elaboradas em seus depoimentos. Questiona-se a quem serve esse progresso oferecido a pernambucanos e nordestinos que desafia os limites da natureza, enterra culturas e produz paradoxos por “caminhos sinuosos”?

Palavras chaves: Complexo Industrial Portuário de Suape, transformações socioespaciais, dinâmicas socioculturais, nativos e migrantes.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, contextualiza-se sucintamente a aceleração econômica do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE CIPS no momento recente do novo desenvolvimentismo no Brasil e no Nordeste, cujo impacto, produz transformações na configuração socioespacial e nas dinâmicas socioculturais da população, ressaltando-se o que ameaça e o que é absorvido pelos fluxos de movimentos das pessoas e dos grupos sociais. A reflexão concentra-se na descrição desses fenômenos privilegiando o ponto de vista dos atores sociais sob o contexto das transformações nos principais municípios de influência direta do Complexo, o Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Essas transformações são observadas nas mudanças: i) do uso e ocupação do solo, face ao processo de urbanização e à oportunidade dos atores privados implantarem empreendimentos imobiliários e de logística, criando novos territórios para inserção de novos grupos sociais; ii) das dinâmicas socioculturais, exacerbando conflitos entre trabalhadores oriundos de atividades tradicionais (pesca e agricultura) e o processo de industrialização (CIPS), moradores ou trabalhadores locais e migrante. Busca-se capturar as “circunstancialidades” (Geertz, 1989) daqueles que vivem a experiência da implantação do CIPS, um dos mais importantes polos de investimentos industriais de grande porte da América Latina, por meio das interpretações elaboradas em seus depoimentos.

O campo teórico do estudo permite tecer uma abordagem dialética, construída na interface entre a geografia, a sociologia e a psicologia social. A observação direta e as entrevistas oferecem matéria prima para análise da problemática e para elucidar indagações chave que relacionam o novo às ciladas que têm o progresso como álibi. A quem serve esse progresso oferecido a pernambucanos e brasileiros e, dentre esses, os que viveram curvados sobre os canaviais e saltaram da enxada à construção de navios? A quem serve esse crescimento de Pernambuco que desafia os limites da natureza, enterra culturas e produz paradoxos, por “caminhos sinuosos”,¹ cujo rumo e futuro lembram o poema trágico, alquímico, de Goethe (2011) ao criar a força do “mal” para poder criar o próprio “bem”?

¹ Suape é um ancoradouro da orla do Cabo, separado do mar por um cordão de recifes de arenito, onde desembocavam três rios (Massangana, Tatuoca e o Ipojuca) e uma muralha de aproximadamente 800m permitia o acesso de pequenas embarcações. Quando somente os índios viviam ali, o atual rio Massangana era chamado de Suape - que, em tupi, significa “caminhos sinuosos” - devido à própria trajetória incerta desse rio (Kater et al, 1985).

UMA TRAJETÓRIA EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO

Embora a localização de Suape já fosse estratégica, tanto para o comércio como para a defesa da capitania de Pernambuco, desde os tempos da colonização, apenas nos anos 1970, respaldado dentre outros estudos, pelo diagnóstico realizado pelo padre francês Louis Lebret (1955), o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Suape (CIPS) foi materializado (1978). Passaram-se 30 anos para que a concepção inicial viesse a representar, nos anos 2000, o símbolo maior de desenvolvimento para Pernambuco. O Porto de Suape é uma instituição pública do Governo de Pernambuco instituído pela Lei Estadual nº 7.763/78 que cria a Empresa Suape com a finalidade de conduzir à implantação do distrito industrial, ao desenvolvimento das obras e à exploração das atividades portuárias.

A despeito da exuberância do sítio natural e do impacto socioambiental que provocaria², a proposta de um porto industrial complementar ao Porto do Recife, capaz de se expandir e de atrair novos investimentos industriais, mobilizou, não sem resistência, governadores pernambucanos, em diferentes mandatos, garantindo aportes financeiros próprios do estado destinados à sua execução. Com esse gesto, foi cunhada no imaginário local a marca de Suape associada às cores da bandeira pernambucana, azul e branco, imprimindo-lhe forte identidade (Alves, 2011).

Inspirado na concepção de integração porto-indústria, adotado nos Portos de Marseille-Fos, na França, e de Kashima, no Japão, foram elaborados inúmeros estudos prevendo a articulação entre os setores público e privado para viabilizar a implantação do CIPS e desapropriados 13.500 hectares, nos municípios do Cabo de Santo Agostinho (61%) e de Ipojuca (39%).

As vozes em defesa do CIPS tornaram-se cada vez mais fortes, principalmente porque Pernambuco passava por longo período de estagnação econômica e o empreendimento representava a alternativa para a retomada do desenvolvimento. Entretanto, apenas recentemente o crescimento econômico atinge índices significativos, dando coro aos que antecipavam esse resultado. Em 2010, o PIB de Pernambuco chegou a 9,3%, num pico de crescimento, enquanto o do Brasil era de 7,5% (IBGE, 2011). Em 2013, o CIPS respondeu por 10% do PIB do estado (Condepe/Fidem, 2013). De 2007 a 2013, o CIPS atraiu 70 novas

² A construção do CIPS em lugar tão privilegiado pela natureza recebeu resistências de ecologistas. O “Manifesto Suape”, escrito pelo economista Clóvis Cavalcanti e endossado por intelectuais pernambucanos denuncia a falta de escuta da sociedade e contesta as justificativas governamentais “baseadas em critérios puramente econômicos” em detrimento das possibilidades de “imaginar outros usos para a sua feliz dotação de beleza natural e de outros recursos para o lazer, além de ser sítio histórico do maior interesse” (Jornal da Cidade, 1975).

empresas, atingindo 105 empreendimentos em diversos setores, com destaque aos grandes empreendimentos da indústria naval (Estaleiros Atlântico Sul, Promar e CMO) e petroquímica (Refinaria Abreu e Lima e Petroquímica Suape, Resina Termoplástica PET Mossi & Guisolf) e siderúrgica. Essas empresas geraram mais de 50 mil empregos na fase de implantação que se reduzirão a 15 mil na fase de operação, com investimentos da ordem de US\$ 26 bilhões (Empresa Suape, 2013) e aqueceram o comércio e serviços, sobretudo das cidades do entorno do Complexo.

Esse dinamismo resulta de investimentos públicos e privados que permearam o novo discurso *desenvolvimentista* do Governo Federal, propagado ainda no final do primeiro mandato do presidente Lula da Silva, prosseguindo em seu segundo mandato e na gestão de Dilma Rousseff, cuja plataforma maior era o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007. O PAC foi criado visando superar os entraves da economia brasileira que tomou como diretriz a construção e requalificação de infraestruturas de grande porte no país, particularmente nas cidades que ancoram os principais projetos de desenvolvimento (Oliveira et al, 2013).

As fortes mudanças e confiança na economia acarretaram impactos demográficos e socioculturais, com repercussões sobre a vida das pessoas, e sobre as cidades brasileiras transformando o Brasil, embora ainda marcado por profundas desigualdades regionais e sociais, em *um player internacional* e em *um país das oportunidades* (Maricato, 2011, p.29).

Nas ações do governo petista foram intensificados esforços na indução de um crescimento econômico competitivo apoiado por forte subsídio do Estado e grande empenho foi concentrado no Nordeste, no CIPS. Essa estratégia foi reforçada pela origem nordestina e pernambucana de Lula e pela aliança do então governador de Pernambuco, Eduardo Campos, do PSB, com o PT.

NOVA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL: OS TERRITÓRIOS NA ESTEIRA DA DINAMIZAÇÃO DO CIPS

Distando 40km ao sul do Recife, o CIPS cria uma nova centralidade que se superpõe à da Região Metropolitana do Recife (RMR). Como estratégia do Governo de Pernambuco à descentralização econômica do desenvolvimento o planejamento regional induz à formação do Território Estratégico de Suape (TES),³ constituído de 8 municípios,

³ São oito os municípios do TES que compõem a Zona de Influência Direta- Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, Zona de Influência Indireta- Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada e Ribeirão, e, o Território Expandido, Sirinhaném e Rio Formoso.

como uma nova regionalização de gestão específica para potencializar os benefícios do CIPS e enfrentar os seus impactos negativos.

O grande discurso sobre o CIPS coloca-o no centro de irradiação de uma rede globalizada de conexões locais, estaduais, nacionais e internacionais importantes para o crescimento de Pernambuco e do Nordeste (Figura 1). Além da atração de empresas de grande e médio porte e de investimentos públicos e privados, o CIPS agrega amplo número de trabalhadores, criando um novo território produtivo.

Figura 1: Principais portos concentradores de carga e sua articulação com o CIPS



Fonte: Empresa Suape, 2013

Embora almejado, o referido desenvolvimento depara-se com a inadequação do planejamento para enfrentar os impactos socioambientais decorrentes das intervenções aceleradas nesse território. Atividades econômicas tradicionais como a cultura canavieira, a pesca e o turismo são diretamente impactados face à atração de novos empregos, à valorização fundiária / imobiliária e à demanda por moradia para abrigar o contingente de trabalhadores migrantes de diversos perfis sociais, pernambucanos ou de outras naturalidades.

Na região que compreende os dois municípios onde se insere o CIPS, percebem-se imensas transformações na paisagem natural, ainda não descolado da tradição da cultura

sucroalcooleira. O imenso verde do canavial acompanha estradas e morros, por onde se atravessam terras de antigas usinas, com suas capelinhas solitárias e engenhos de açúcar, destacando-se um ou outro ainda em funcionamento. Os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca tiveram a sua economia centrada na monocultura canavieira, desde os tempos primordiais da Província de Pernambuco, época em que esse produto representava a força de crescimento do país. A paisagem, transfigurada por um movimento de terraplanagens que corta morros, “aplainando” o relevo em inúmeros canteiros de obras que anunciam novos territórios produtivos.

O que antes era rural transforma-se urbano. O CONE/Suape, plataforma de negócios do grupo Moura Dubeaux e outras empresa, adquiriu 1.800 ha no Cabo de Santo Agostinho, onde está construindo um polo de logística avançada de armazenamento e de condomínios de serviços (Foto 1). Dentro dessa área, a Capela Santo Antônio do Monte⁴ resta solitária no cenário do que foi um dia o Engenho Velho. No entorno, o movimento das estradas, caminhões e escavadeiras, símbolo da transformação do solo pela força do capital contrasta com sua presença que resiste no alto da colina (Foto 2).

Fotos 1: Obras empresa Condomínio de Negócios/CONE/Suape modificando a paisagem.



Fonte: Danielle Rocha, 2013.

⁴ Mas a Igreja deve permanecer pela sua importância histórica e pelo seu valor paisagístico. No exercício de seu papel de regulador do ordenamento territorial, o Estado a protege, posto que a Capela enquadra-se no Plano Diretor do município, (Lei N° 2.360/2006) como Zona Especial de Preservação Histórico-Cultural ZEPHC-10, além de ter sido inventariada pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

Fotos 2: Obras Condomínio de Negócios/CONE/Suape ameaçando o patrimônio histórico.



Fonte: Paula Sampaio, Fundaj Projeto “Nordestes emergentes”, 2013.

Esses paradoxos acompanham SUAPE tal como a dificuldade da população usufruir das oportunidades e riquezas por ele produzidos. Dificuldade histórica, que vem do sistema escravocrata, da monocultura canavieira, da falta de acesso à terra, com repercussão nos indicadores educacionais, os quais não podem ser alterados em curto prazo.

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011) revela que o Cabo de Santo Agostinho apresenta alto percentual de analfabetismo da população de 10 anos ou mais de idade (12,17%), abaixo do de Pernambuco (16,74%). Quanto às pessoas de 10 anos ou mais sem instrução e com o curso fundamental incompleto, o percentual atinge a 53,40%, um pouco abaixo do apresentado por todo estado, que é de 57,82%. No município de Ipojuca, a situação é pior. O analfabetismo da população de 10 anos ou mais chega a 19,21%. Ao associar esse dado ao índice de pessoas de 10 anos ou mais sem instrução e com o curso fundamental incompleto, o percentual é de 64,87%.

São, portanto, indicadores que elevam os contrastes sociais, sobretudo em Ipojuca, que apesar de exibir o segundo Produto Interno Bruto (PIB) mais alto de Pernambuco apresenta um dos piores índices sociais do estado, ostentando níveis de desigualdade humilhantes. Consequentemente, as ofertas de trabalho nos empreendimentos do Complexo não absorvem de forma permanente essa população. Como as atividades do Complexo e a ele vinculadas são seletivas, exigem dos candidatos um nível educacional e de qualificação técnica específicos, que a grande maioria da população local, que se ocupa em atividades de

subempregos e de base rural, não consegue atender. À euforia do pleno emprego alardeada pelos gestores e pelos meios de comunicação contrapõem-se esses e outros indicadores representativos do fosso entre a população desses municípios e as riquezas neles produzidas.

Os proprietários fundiários e dos meios de produção relacionados às atividades econômicas tradicionais (indústria sucroalcooleira) aliam-se a incorporadores e promotores imobiliários, alterando gradativamente a atividade primária para a terciária, em função de investimentos imobiliários mais rentáveis que o açúcar e derivados, tais como *shoppings centers*, empresarias de serviços, hotéis e empreendimentos habitacionais. Outra alternativa é a venda dessas terras para incorporadores que aproveitam a necessidade de complementaridade ao setor industrial para construir empreendimentos de logística (galpões de armazenagem de cargas) associados a outros investimentos imobiliários de serviços.

Esses processos se estabelecem em função dos vários interesses em disputa, expressando, entretanto, que “os conflitos entre proprietários industriais e fundiários não mais constituem algo absoluto como no passado” (Corrêa, 1989, p.94), hoje eles estão associados. Na produção dos espaços urbanos, a propriedade fundiária também é pré-requisito para a construção civil que, por sua vez, desempenha papel importante no capitalismo, amortecendo áreas de atividade industrial. Nas mãos da classe dominante, a propriedade fundiária é ainda elemento estruturante do espaço por meio da segregação socioespacial.

A industrialização no CIPS impacta diretamente na dinâmica de urbanização das duas cidades, na reconstituição do perfil da população e nas mudanças socioculturais. A metamorfose de características rurais em urbanas, impulsionada pelo processo de (re)organização social em curso, se materializa na fragmentação do espaço urbano associada ao processo de segregação socioespacial. Mike Davis aborda a segregação urbana como uma “guerra social” incessante na qual o Estado intervém em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social dos pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários fundiários, investidores estrangeiros, da elite e de trabalhadores de classe média. A enorme escala da remoção populacional nas grandes cidades do Terceiro Mundo, estimulada por órgãos especializados de desenvolvimento e subvencionados por financiadores estrangeiros, assumem o papel de limpar, construir e defender ilhas de cibermodernidade em meio às necessidades urbanas não atendidas e ao subdesenvolvimento em geral (Davis, 2006, p.105).

Essas “ilhas de cibermodernidade” são áreas densamente globalizadas como o CIPS, os centros de logísticas e serviços e os novos bairros planejados vão recompondo as

múltiplas partes da cidade. A implantação da “cidade planejada” CONVIDA/Suape, do grupo Moura Dubeaux Engenharia e Cone S/A (Condomínio de Negócios) prevê a construção de 20 mil unidades habitacionais no Cabo de Santo Agostinho destinadas a um perfil populacional com faixa de renda entre três e nove salários mínimos⁵. O Projeto ocupa cerca de 500 hectares, entre a BR-101 Sul e a PE-60 e tem apoio dos governos estadual e municipal. O empreendimento abrigará serviços educacionais e de saúde, além de centros comerciais e de serviços.

O complexo habitacional Engenho Trapiche, das empresas *Cyrela Brazil Realty*, Grupo Queiroz Galvão, em parceria com o Grupo Francisco Dourado, em Ipojuca, também aproveita da demanda por habitação incrementada pela dinamização do CIPS, para ofertar ao mercado um empreendimento ancorado no conceito de condomínio com 16 mil unidades residências, além de áreas de serviços e lazer, saúde, educação e hotelaria.

dotado de infraestrutura de qualidade, serviços e. O empreendimento terá

Esses empreendimentos promovem a segregação socioespacial pois a oferta de habitação dirigida a um padrão social homogêneo, sua autossuficiência em termos de serviços e o forte apelo na segurança de seus moradores são característica que, embora assumam nova roupagem mercadológica, na qual o discurso de sustentabilidade e de qualidade de vida é utilizado como uma estratégia de *marketing*, guardam ainda muitas semelhanças aos antigos condomínios fechados ou “enclaves fortificados” inspirados nos *alphavilles* paulistas, como explica Teresa Caldeira (2000).

“Os enclaves fortificados são propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem regras de inclusão e exclusão” (Caldeira, 2000, p.258).

Fenômeno recente, observado a partir da década de 2000, a ocupação da praia de Muro Alto em Ipojuca representa a segregação socioespacial na implantação de grandes empreendimentos turístico-imobiliários (hoteis, *resorts*, condomínios fechados, *flats*) por investimentos privados destinados ao grupo social de alto poder aquisitivo. A apropriação do

⁵ Por exigência da legislação municipal de criação da Zona Especial de Dinamização Urbanística – ZEDUR (Lei Nº 55 / 2011) também está prevista a implantação de unidades habitacionais para famílias de até 3 salários mínimos, num percentual de 5% do total das unidades construídas.

espaço dá-se de forma agressiva avançando sobre a faixa de areia, tanto com elementos físicos construtivos (muros, cercas e palhoças), como com elementos simbólicos, com a presença de ‘seguranças’ que observam os transeuntes e as cadeiras de praia e guarda-sóis oferecidos aos hóspedes⁶ (Foto 3).

Foto 3: Praia de Muro Alto com vista para o CIPS. Ocupação da beira-mar.



Fonte: Danielle Rocha, 2013.

Por sua vez, no litoral cabense, o megaempreendimento do imobiliário-turístico Reserva do Paiva vem sendo implantado, desde o final da década de 2000, pelos empreendedores Odebrecht Empreendimentos, o Grupo Cornélio Brennand e o Grupo Ricardo Brennand, com o apoio dos governos estadual e municipal. Com 526 hectares e 8,5 Km de extensão de praia e concebido para ser construído em 15 anos em 18 etapas, iniciou com condomínios de 66 casas de alto padrão que preservam em parte sua relação com a Região Metropolitana no turismo de segunda de residência. Entretanto, o empreendimento viabilizado pela dinamização do CIPS começa a se consolidar como opção de primeira residência, embora ainda não tenha uma estrutura de serviços totalmente implantada. Dirigido para um público de classe alta que deseja conforto e segurança, por sua proximidade de Recife e de Jaboatão dos Guararapes e do CIPS, tornou-se uma alternativa para os gerentes de empresas do CIPS, ou a estes vinculados, que podem ter ao lado da residência salas de

⁶ O Resort Vila Galé, na praia de Suape, Cabo de Santo Agostinho, também apresenta estas características de segregação. Ver ROCHA, Danielle de M. Global e Local: a metamorfose dos lugares no litoral sul do Cabo de Santo Agostinho. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFPE, Recife, 2000.

negócios para gerenciar suas empresas. Foram lançados, desde 2012, novos empreendimentos como edifícios de apartamentos tipo *flat*, centro empresarial e hotel cinco estrelas (Foto 4).

Foto 4: Reserva do Paiva. Lançamento de novos empreendimentos (2013). Forte apelo de marketing.



Fonte: Danielle Rocha, 2013.

Quanto à população de baixa renda, tanto no Cabo quanto em Ipojuca, a tendência é a mesma, mas este último ainda guarda mais características rurais do que o primeiro. A população subiu os morros de forma desordenada e observa-se o adensamento da ocupação por meio do processo de verticalização, resultante da nova dinâmica demográfica a que o município está submetido desde a década passada, que coincide com o *boom* de consolidação da industrialização no CIPS (Foto 5). Esse processo de urbanização das duas cidades, não difere de outras cidades brasileiras de regiões metropolitanas. As cidades crescem e seguem as dinâmicas do mercado formal. Por outro lado, aqueles que não têm acesso ao mercado formal aproveitam da ineficiência do poder público em gerenciar as áreas *non aedificanti*.

As transformações socioespaciais na região refletem, portanto, a inversão da relação centro periferia, tanto nos espaços onde predominava a atividade sucroalcooleira, redefinidas por novas áreas periféricas resultantes do processo de urbanização com a concentração de população de baixa renda, quanto por novas periferias destinadas à população de alto e médio poder aquisitivo por meio da implantação dos novos bairros planejados ou dos empreendimentos do imobiliário-turístico.

Foto 5: Processo de adensamento e verticalização nas áreas de morros. Ipojuca.



Fonte: Danielle Rocha, março de 2013.

As diversas partes que compõem esses espaços urbanos apresentam características morfológicas e tipológicas que induzem a um baixo nível de articulação entre os territórios. Um conjunto de territórios complexos que possibilitam as condições da base física do trabalho humano, e os frutos desse trabalho traduzidos em plantações, casas, percursos, marcados em grande parte por atividades com a terra (Santos, 1985) são sobrepostas a outras realidades. Nesse novo contexto, os traços da cultura mais tradicional permanecem no subsolo das transformações, embora marginal, resistente, como um celeiro de trocas culturais e econômicas imbricadas entre si, formando uma teia de grande densidade sociológica.

Nesse ritmo, lojas tradicionais estão sendo substituídas por lojas de marcas mais sofisticadas e metropolitanas nos centros desses municípios. No transporte, a presença do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT) revela outro contraste, cortando o canavial ou parado na estação do centro do Cabo. No lugar da antiga locomotiva à *diesel*, um trem moderno, com *design* de alta tecnologia, corta terras de antigas usinas e engenhos. A imagem do VLT no contexto do canavial, porém, parece indicar uma tensão, um deslocamento, algo fora do lugar, nesse ambiente ainda carente de necessidades básicas. O surgimento de elementos desse novo mundo reflete a fragmentação de um modelo de cidade cujas partes não conversam entre si, mas com o mundo exterior, globalizado.

NATIVOS RELOCADOS E MIGRANTES: FACES DE UM MESMO PROCESSO

A implantação do CIPS sepulta a história de comunidades nativas e faz emergir o discurso do desenvolvimento. Nos relatos dos entrevistados as expectativas e medos revelam conflitos: a promessa de emprego e a exclusão dos que não puderam usufruir dessa oportunidade; os trabalhadores dos municípios e os migrantes. As narrativas explicitam os dramas vividos e a diversidade de olhares sobre a realidade em transformação.

No caso das comunidades obrigadas a sair das suas terras, cuja posse passa de pais para filhos, a expulsão com promessas de um novo lugar é a estratégia empregada pelos proprietários dos meios de produção (público e privado), como se essa nova aventura pudesse apagar das mentes das pessoas a energia empregada para construir uma base de vida. Essa estratégia é típica de uma política de desenvolvimento focada estritamente em benefícios econômicos que impõe novas estruturas de produção a todo custo. Assiste-se ao processo de “desculturação” (Lotouche, 1996), conversão de novos valores impostos às pessoas que vivem há longos anos em situação de desamparo, e que terão, naturalmente, dificuldade em usufruir esse “novo mundo” que se apresenta. Processos antigos são desorganizados drasticamente, em prol de promessas de emprego, educação, consumo e crescimento econômico. Com raras exceções, a maioria não será capaz de se reorganizar e dar sentido novo à vida.

A área portuária deixa, no seu legado, uma história enterrada. O último recanto, a Ilha de Tatuoca, ínsula de 637 hectares encravada onde se expandem os novos estaleiros, com população de 171 habitantes que moravam em 41 domicílios precários, sendo 61% de taipa e 34% de madeira (Empresa Suape, 2013), foi desocupada em 2014⁷ (Foto 6). Segundo os moradores que viviam na Ilha, com a dragagem e as escavações para a implantação do Estaleiro Atlântico Sul e dos demais empreendimentos que fazem parte do *cluster* naval de Suape, a água existente no subsolo foi sendo escasseada e tornando-se imprópria para beber devido ao seu teor de insalubridade.

Essa situação e outras pressões, como a dificuldade de receber visitas de parentes e amigos, que são obrigados por medida de segurança a se identificar e a recorrer a autorizações para ter acesso à Ilha, retiraram a força da população para lutar pela sua permanência no local. A solução era esperar a construção das novas habitações para o remanejamento para a Vila Nova Tatuoca, no litoral do Cabo de Santo Agostinho, sob a responsabilidade da Empresa Suape. Mas muitos ainda reagiam a sair do lugar:

⁷ Em fevereiro de 2014, 75 famílias foram relocadas para as novas casas da Vila Nova Tatuoca (5 ha) localizada próximo à praia de Suape, no Cabo. Fonte: <http://www.sdec.pe.gov.br/noticias/comeca-a-mudanca-de-moradores-para-vila-nova-tatuoca/>, consultado em 05/12/2014.

“Não tenho defesas. (...) Acho que é uma injustiça sair daqui. Nascido e criado aqui, agora querem tirar a gente”. (Jovem de 22 anos, de Tatuoca, entrevistado em março/2013).

Foto 6: Ilha de Itatuoca: ambiente integrado à natureza impactado pelo CIPS.



Fonte: Danielle Rocha, março de 2013.

A doação de um novo terreno simboliza o desenraizamento e o disfarce da troca comercial “desigual”. Diante de situações de sobrevivência, não se pode recusar “a ajuda” que mitiga a miséria, embora o ato e prestígio de doar torne o representante do poder ainda mais poderoso o resultado desse processo é a sutil desestruturação cultural.

“As comunidades foram compradas e os moradores estão sendo expulsos: Algodoads, Tiriri. Lá moradores eram posseiros antes de Suape. (...) As famílias estão com a mão na cabeça e não sabem o que fazer”. (Representante da ONG Centro das Mulheres do Cabo, entrevistada em março/2013).

A maior resistência é a de ter de deixar a terra em que nasceram. A terra representa um bem muito valorizado no território de SUAPE. E o povo de Tatuoca sabe disso. As indenizações não cobrem a frustração dessa perda, e o prejuízo de se sentirem cerceados na liberdade de ir e vir, de circular pelos lugares que antes representavam parte da história da vida de cada um.

Nesta ocasião, já próximos da desocupação, morar em Tatuoca já não era a mesma coisa para a maioria dos moradores que se encontravam sem água, tinham dificuldades de

acesso à Ilha e presenciavam a insegurança, porque “*estranhos vindos do Porto*” começavam a passar diante de suas portas dos moradores. Tudo indicava que a Ilha não era mais deles e alguns moradores sentiam desejo de deixar o lugar e até cobravam da Empresa Suape celeridade na entrega das casas da Nova Tatuoca, conforme depoimento de um de seus diretores.

Os jovens ansiosos por trabalho desejavam participar dos frutos da propalada riqueza decorrente de SUAPE. As expectativas aumentavam à medida que os empreendimentos tomavam feição. Esperavam ter prioridade no recrutamento para os empregos no Porto fato de serem do lugar.

“As pessoas daqui de Tatuoca deveriam ter prioridade. Os baianos são admitidos e chegam pra fazer greve. Muita gente (os empresários) tão dando oportunidade às pessoas de fora. A gente aqui tamos desempregado. (...) Fui demitido do Estaleiro, antes dos 90 dias. Não tive ideia do por quê. (...) Mas eu tenho orgulho⁸ porque participei de um primeiro navio feito por Pernambuco. (Morador de Tatuoca, 38 anos, entrevistado em março/2013).

Alguns jovens foram treinados para trabalhar no CIPS, em serviços gerais ou especializados, mas o tempo de trabalho nas empresas foi de curta duração: em geral, dois anos no máximo, outros nem sequer completaram o tempo de experiência na atividade. O sentimento de mal-estar aumenta com a presença de trabalhadores vindos de fora do estado, principalmente os “baianos,” que competem pelas vagas com os do local.

Simultaneamente SUAPE desenraizou, despertou nos jovens o interesse nas atividades diferentes daquelas tradicionais ligadas à pesca e à agricultura e abriu espaço para as mulheres, que chegam a dirigir enormes tratores reboques, como verificado na empresa TECON Suape - Terminal de Contêiner, em meio a outras máquinas potentes. Os contêineres empilhados indicam a origem das cargas e as escalas regulares de exportação e importação de longo curso para os Estados Unidos, Europa e outros continentes.

“Os olhos do mundo estão aqui”, exprime o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipojuca, de 53 anos. Ele explica a transformação da atividade rural sob a influência do CIPS, na entrevista concedida em março de 2013.

⁸ O primeiro navio construído pelo Estaleiro Atlântico Sul foi batizado como João Cândido. Diante da negativa face à pergunta se eles sabiam quem foi João Cândido, explicou-se que a escolha do nome é uma homenagem ao Almirante negro, líder da Revolta da Chibata, da Marinha brasileira, no começo do século XX. Com essa informação, o orgulho de ter trabalhado no navio que traz o nome de um ex-escravo é ampliado.

“O trabalhador rural, 60% deles foi trabalhar em Suape. Quem foi trabalhar em Suape, não volta mais para o campo, não quer ser mais cortador de cana. Esse já fez treinamento, já adquiriu outro conhecimento. (...) SUAPE foi muito ruim para o Sindicato porque reduziu nossos sócios, mas por outra parte foi bom, porque trouxe emprego, cursos para os jovens. As usinas agora têm que contratar pessoas de outra região para trabalhar na cana. (...) Alguns terminam ficando porque casam, arranjam também trabalho em SUAPE”.

A dinâmica econômica promovida pelo CIPS, sobretudo nos municípios de sua influência direta, promove, além das transformações no uso do solo e nas atividades produtivas que suscitam as mudanças no perfil ocupacional, a atração de migrantes de todas as partes em busca de trabalho e emprego. Alguns são “trecheiros” ou “peões de trecho”, um tipo de trabalhador que se desloca do lugar de origem, de acordo com as demandas e necessidades das empresas que os contratam e permanecem em um determinado lugar até o final de uma obra. Embora a vida nos alojamentos das empresas faça parte desse tipo de trabalho e essa situação siga uma legislação específica, muitos migrantes sentem-se isolados e solitários. “A nossa família são os amigos do alojamento. Passamos mais tempo com eles do que com a nossa família” (trabalhador migrante do CIPS, baiano, 53 anos, entrevistado em março/2013).

Uma vida de andarilho, seguindo as grandes obras do país, alguns desses migrantes sentem que perdem suas referências, num processo de estranhamento que põe em xeque suas relações identitárias. “Nós não sabemos mais o que somos” (trabalhador do CIPS, pernambucano de Sertânia, 40 anos, trabalha como montador no CIPS, entrevistado em março/2013).

O conjunto desse agrupamento de trabalhadores forma uma Babel de pessoas com sotaques diferentes, encontros de hábitos e culturas diferentes. “Você tem o Brasil aqui dentro” (assistente social de um dos alojamentos visitados, entrevista fevereiro de 2013)

A concentração de migrantes nos centros urbanos das duas cidades produz impactos na infraestrutura dos serviços públicos, provoca na população local o sentimento de invasão, de disputa, de afastamento da vizinhança e intensifica a preocupação pelo aumento de casos de violência, que envolvem principalmente jovens e mulheres.

“Esse é um processo que não tem como retornar. Não entendemos aonde vamos. O que tem que ser feito é fortalecer o cidadão para resistir, para saber

mudar para onde ir com o capitalismo (representante da ONG Centro das Mulheres do Cabo, entrevistada em março/2013).

O que une os de dentro e os de fora é a condição de desamparo. Essa condição não é dada apenas pelos mecanismos econômicos enquanto elementos de força e de poder, mas por um processo de desestruturação cultural que leva ao afrouxamento dos laços sociais entre os parentes e a vizinhança, imposto por uma lógica diferente que perpassa o contexto social e resulta em trocas por meio de uma via única, em que a cultura receptora é invadida, ameaçada em sua própria existência, como alerta Latouche (1996). Isso é simbolizado pelo isolamento dos migrantes na condição de “peões trecheiros” e também, pelas culturas enterradas das terras de SUAPE, cujos resquícios são içados pela força da memória dos habitantes desse lugar.

Mas há que se pensar que “o simbólico é polissêmico” e que a adesão a valores de outra cultura não acontece de modo “absoluto ou exclusivo”. Há valores específicos que permanecem, que não se perdem; há outros que se imbricam com o novo e ainda mantêm a teia de sua origem; há outros que desaparecem, são esquecidos e precisarão ser lembrados para existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Complexo Industrial Portuário de Suape mudou a situação das culturas tradicionais e de propriedade, induziu à mudança na força de trabalho e no mercado. Novas empresas e tecnologias de ponta redefiniram as condições trabalhistas no processo de modernização, alteraram a relação dos espaços rural-urbano, mas não conseguiram absorver de forma permanente a mão-de-obra local devido às suas condições de baixa qualificação. As ofertas de trabalho no CIPS e nos empreendimentos a ele vinculados são seletivas, ao estipularem o nível educacional e a qualificação técnica, excluindo parte da população local que ocupa subempregos. Nessas circunstâncias de desigualdades ocorrem diferenciações nas relações sociais e representações de poder, conformando novas territorialidades com matizes entre os de “fora” e os “locais”. Essas situações condicionam a identificação com o lugar, modificando relações preexistentes pelo conflito entre os atores que se “territorializam”, resistem ou se “desterritorializam” (Raffestin, 1986; Haesbaert, 2012). Nesse processo, os diversos atores interagem entre si e com o meio e estabelecem novas relações identitárias. Como explica Ciampa (1996), as diferentes formas dos atores se relacionarem são o processo de produção de identidades. Por sua vez, como as identidades são assentadas nas dinâmicas e interações sociais, elas são algo dinâmico e muitas vezes pouco estável. As identidades podem

ser algo “transitório” (Bhabha, 2003) e/ou “provisório.” (Hall, 2006). É algo com o qual os sujeitos estão sempre numa identificação relacional, que vai depender da conjuntura histórica, dos processos de identificação e das posições e posturas que os sujeitos vão assumir ao longo de suas trajetórias de vida.

Assim, os caminhos de Suape são como o seu nome indica, “caminhos sinuosos”. Não se sabe aonde eles vão dar. Sugere-se cautela no discurso ufanista sobre Suape enquanto mais da metade da população de seu Território Estratégico ainda vive em condições precárias. Os altos custos humanos desse progresso expõem os riscos do desenvolvimento e apontam para a necessidade de se trilhar ainda um longo caminho antes que feridas antigas sejam cicatrizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, J. L. 2011. *Suape e sua trajetória histórica: um olhar geográfico*. Tese Doutorado em Geografia. Recife, UFPE – PPGeo/CFCH.

Bhabha, H. K. 2003. *O local da Cultura*. Belo Horizonte. Editora UFMG.

Caldeira, T.P.R. 2000. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.

Cavalcanti, C. 1975. “Manifesto Suape.” *Jornal da Cidade*, ano II, nº 24, 6-12.4.75. Recife.

Ciampa, A. C. 1996. *A estória do Severino e a história da Severina. Um ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Corrêa, R. L. 1989. *O Espaço Urbano*. São Paulo, Ed. Ática.

Davis, M. 2006. *Planeta Favela*. São Paulo: Editora Boitempo.

Geertz, C. 1989. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara..

Goethe, J. W. V. 2001. *Fausto*. Rio de Janeiro, Editora 34.

Haesbaert, R. 2012. O Mito da Desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 2012.

Hall, S. 2006. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Kater, M. G. L.; BARROS, M. .L. O. 1985. *O processo de transferência dos agricultores situados na área de Suape, pertencentes à Cooperativa de Tiriri*. In: Encontro

Nacional de Geografia Agrária, 6, 1985, Garanhuns, PE. *Anais*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana.

Lebret, L. 1955. *Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando Pernambuco e ao Nordeste*. Série Planificação Econômica III. Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Recife.

Lotouche, S. 1996. *A Ocidentalização do mundo* Rio de Janeiro, Editora Vozes.

Maricato, E. 2011. *O impasse da política urbana no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2011.

Paes de Barros, R. 2013. *Após o fim da miséria, desafio será a ascensão*. Entrevista a João Carlos Magalhães. In: NASSIF, L., *On Line*, 03/03/2013.

Pernambuco, Governo do Estado. *Novo Plano Diretor – Suape 2030*, Recife, PE, 2010.

Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho 1988. *Formação Histórica e Geográfica do Cabo*. Cabo de Santo Agostinho, PMCSA, 1988

_____. 2006. Plano Diretor Municipal, Lei nº 2.360/2006.

Raffestin, C. 1986. *Ecogenèse territoriale et territorialité*. In *Espaces, jeux et enjeux*, Auriac F., Brunet R. (dir.). Paris :Fayard, p. 173-185.

Rocha, D. M. 2000. *Global e Local: a metamorfose dos lugares no litoral sul do Cabo de Santo Agostinho*. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFPE, Recife.

Santos, Milton 1985. *Espaço e método*. São Paulo, Editora Nobel.